

Fonacate 2015
Informativo Especial

O CUSTO DA CORRUPÇÃO PARA O BRASIL

**Fonacate apresenta proposta
de Reforma Política**

**FUNPRESP: chapa eleita com o
apoio do Fonacate toma posse**



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

ENTIDADES AFILIADAS



ENTIDADES INTEGRANTES DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO – FONACATE:

AACE – Associação dos Analistas de Comércio Exterior
ADEPOL – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
AFIPEA – Associação dos Funcionários do IPEA
ANER – Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais
ANESP – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ANFFA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ANMP – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social
AOFI – Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal
ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo
CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais
FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SINDCVM – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU
SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários
UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle
UNAFE – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil
UNAFISCO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

*Entidades Afiliadas: JUNHO/2015

CONSELHO EXECUTIVO FONACATE - GESTÃO 2013/2015

Presidente: ROBERTO KUPSKI (FEBRAFITE)
 1º Vice-Presidente (Financeiro): MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO (ADPF)
 2º Vice-Presidente (Administração e Patrimônio): MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO (ANFIP)
 3º Vice-Presidente (Comunicação): JULIANA GHIZZI (AACE)
 4º Vice-Presidente (Relações Institucionais): DARO MARCOS PIFFER (SINAL)
 Secretário-Geral: RUDINEI MARQUES (UNACON SINDICAL)

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Titular: ROSA MARIA CAMPOS JORGE (SINAIT)
 Conselheiro Titular: CARLOS EDUARDO BENITO JORGE (ADEPOL)
 Conselheiro Titular: JOÃO AURÉLIO MENDES BRAGA DE SOUSA (ANESP)
 Conselheiro Suplente: CARLOS CARDOSO FILHO (FENAFIM)
 Conselheiro Suplente: LEONARDO WAINSTOK (SINDCVM)

EXPEDIENTE

Coordenadora de Relações Institucionais e Comunicação:
 Vivian Danielle Silva

Textos: Azimute Comunicação, Elton Pacheco, Suzana Leite Campos e Vivian Danielle Silva

Fotos: Cristiano Costa, Joel Rodrigues e arquivo/FONACATE

Diagramação: Marcos Felipe

Endereço:
 SRTVN Quadra 702,
 Bloco P – Edifício Brasília Rádio Center,
 1º andar, Ala B – salas 1.029 a 1.031.
 CEP: 70.719-900 Brasília/DF
 Telefone: (61) 3033.1555
 E-mail: fonacate@fonacate.org.br



MELHORES MOMENTOS...

Combate à corrupção é tema central da 3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado



“Servidores têm que ser valorizados. Sem eles, o Estado brasileiro não funciona. Não somos piores e nem melhores que ninguém. Não trabalhamos pelo lucro, mas pelo bem-estar social.”

—
PEDRO DELARUE
 ex-presidente do Fonacate

ABERTURA

Cerca de 400 pessoas compareceram ao auditório Planalto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nos dias 15 e 16 de maio de 2012, para participar da 3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado.

“O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção” foi a temática do evento.

Durante a abertura, o então presidente da Fonacate, Pedro Delarue, fez duro discurso ressaltando a necessidade da valorização das carreiras típicas de Estado como medida extremamente importante no combate à corrupção.

“Servidores têm que ser valorizados. Sem eles, o Estado brasileiro não funciona. Não somos piores e nem melhores que ninguém. Não trabalhamos pelo lucro, mas pelo bem-estar social”, disse o presidente. E concluiu: “Duas coisas são fundamentais para o servidor público: aposentadoria e estabilidade. Um já quebraram, o outro ainda vão quebrar”.

Juntamente com Pedro Delarue, compuseram a mesa de abertura do evento: o procurador do DF e secretário-adjunto da vice-governadoria, Paulo Serejo; o vice-advogado Geral da União, Fernando Luiz Albuquerque Faria – representante do então ministro Luís Inácio Lucena Adams (AGU); e o deputado federal Eduardo da Fonte, 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados, que na ocasião representava Marco Maia.

MÉRITO DEVE SER REQUISITO PARA ENTRADA E ASCENSÃO EM CARGOS PÚBLICOS

O acesso de trabalhadores ao serviço público e a ascensão deles aos cargos mais altos das instituições deve ser baseado no mérito. É o que defendeu a professora do departamento de Sociologia e Ciência de Administração da Universidade de La Coruña (Espanha), Obdulia Taboadela Alvarez.

“Meritocracia é sinónimo de igualdade. Creio que a promoção, por meio do mérito, é um bom mecanismo para se chegar a um país justo. Esse sistema permite que uma pessoa como eu, filha de um trabalhador, e mulher, possa fazer carreira no serviço público”, disse a professora.

Ao comentar o modelo espanhol de valorização do servidor público, Obdulia disse que após 2004 a Espanha passou a revalorizar as carreiras de Estado, ao passo que, durante a ditadura militar, a carreira pública estava em declínio. “O acesso aos cargos públicos se dava pela nomeação e não pelo mérito. Isso era um problema. Sempre que havia troca de governo, por exemplo, os funcionários eram substituídos pelo novo poder em vigor. Não havia proveito da equipe técnica.”

A mudança ocorreu com a chegada do governo socialista, que tinha como objetivo retirar o corpo gerencial que vigorou durante a ditadura militar e promover uma renovação dos funcionários efetivos. A professora explicou ainda que, ao longo dos últimos 40 anos, com as mudanças, os espanhóis retomaram a confiança nos serviços públicos.

“Creio que um país não é somente sua renda per capita. Entende-se por um país a capacidade que tem o Estado de fazer seus cidadãos mais felizes. Três características, portanto, são imprescindíveis para um governo democrático: transparência, bom governo e prestação de contas. E foi assim que chegamos a uma mudança na Espanha”, ressaltou Obdulia Alvarez.

Durante a palestra, um dos participantes quis saber como se dá a chegada aos cargos mais altos, por exemplo, da polícia espanhola. “Provas físicas, intelectuais e de atitudes. Mas, no meu país é preciso ter experiência como requisito prêmio. Ou seja, nesses casos, o mérito é com base na antiguidade, no tempo de carreira do funcionário. A mesma coisa se dá dentro da Universidade. A polícia na Espanha é uma das carreiras de Estado mais valorizadas”, respondeu.



“Creio que um país não é somente sua renda per capita. Entende-se por um país a capacidade que tem o Estado de fazer seus cidadãos mais felizes”, disse a professora Obdulia Taboadela Alvarez.

LEI PROPOSTA PELA INICIATIVA POPULAR É A FORMA DE LIMITAR AS INDICAÇÕES POLÍTICAS

A indicação política no Estado brasileiro é motivo de recorrentes críticas não só da mídia como da sociedade em geral.

De forma unânime, os debatedores Juarez Freitas, jurista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); Sylvio Costa, diretor e fundador do site Congresso em Foco; e Márlon Reis, juiz de Direito e membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), elencaram a necessidade de que se proponha uma lei, por iniciativa popular, que delimite os cargos de confiança no Brasil.

Juarez Freitas explicou que as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se, apenas, às atribuições de direção, chefia e assessoramento. O jurista reiterou que “a máquina pública brasileira sofre exposição grave à vulnerabilidade político-partidária, ao fato de que se tem no país claro abuso de contratação por necessidade excepcional temporária”. Segundo Freitas, “o que é transitório no Brasil virou permanente”.

Ainda na opinião do professor, nos topos das carreiras de Estado do Brasil, haveria de se estar alguém da carreira. “Não por corporativismo, mas penso que é uma questão filosófica. Alguém que vai direcionar, por exemplo, a Receita Federal, não pode ser alguém que tenha ligações político-partidárias na origem. Esta é uma questão delicada, mas que deve ser enfrentada com algumas regras de transição”, esclareceu.

Muito se falou no painel que as carreiras típicas de Estado são uma forma de pensar o Brasil a longo prazo, uma vez que os servidores públicos são guardas da sustentabilidade social, econômica e política do país. Os debatedores defenderam a ideia de que o Brasil necessita ter pessoas com compromisso e perspectiva de longo prazo, com pensamento estratégico. “Se nós quisermos ser líderes mundiais em sustentabilidade, forçosamente temos que valorizar as carreiras típicas de Estado, não expostas ao jogo político-partidário”, ressaltou Juarez.

Para ele, o Brasil reúne condições ímpares de ser líder mundial em sustentabilidade. “Mas, para isso, temos que abandonar a

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção.

Dias 15 e 16 de maio de 2012

ORGANIZAÇÃO
FONACATE
Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

ENTIDADES ASSOCIADAS



herança da corte parasitária. O Brasil tem fortes raízes no patrimonialismo, os donos do poder. Não há poder para carreiras de Estado, há poder-dever”, finalizou o jurista.

Por sua vez, Márlon Reis destacou a Lei da Ficha Limpa como claro exemplo de vitória da iniciativa popular. Para ele, a delimitação da indicação política para os cargos de confiança só será possível desta forma, “mediante iniciativa popular”, que, segundo o juiz, “é a única forma da proposta ser tratada pelo parlamento brasileiro”. E Márlon reiterou: “o movimento de combate à corrupção já tem uma missão: realizar

uma reforma política por iniciativa popular. Não podemos mais ter desvio de representação no país”.

Embora o jornalista Sylvio Costa tenha defendido a ideia apresentada pelos demais debatedores, ele falou abertamente sobre o lado negativo do serviço público. “Vejo em certas carreiras de Estado ranço corporativista pernicioso”, disse. Para ele, perdeu-se, inclusive, a noção do sentido social. “Tem categorias lutando por tetos salariais de R\$ 30 mil, R\$ 35 mil. Privilégio expressamente vedado pela Constituição. Temos que lembrar que os servidores têm, ainda, inúmeros benefícios. Temos que construir um Estado

sustentável. O serviço público é opção e não pode ser visto como maneira de enriquecer. Tem um pouco de doação do servidor para a sociedade”, ponderou.

Contudo, Sylvio completou afirmando que tem muita coisa errada feita pelos grandes donos do país, que não perfilam no quadro das carreiras típicas de Estado. “Aceitamos totalmente o convite para essa nova frente de batalha, que seria a construção de uma reforma política. Falta muito, mas se não fizermos nada, ficaremos mais distantes ainda”, finalizou o jornalista.

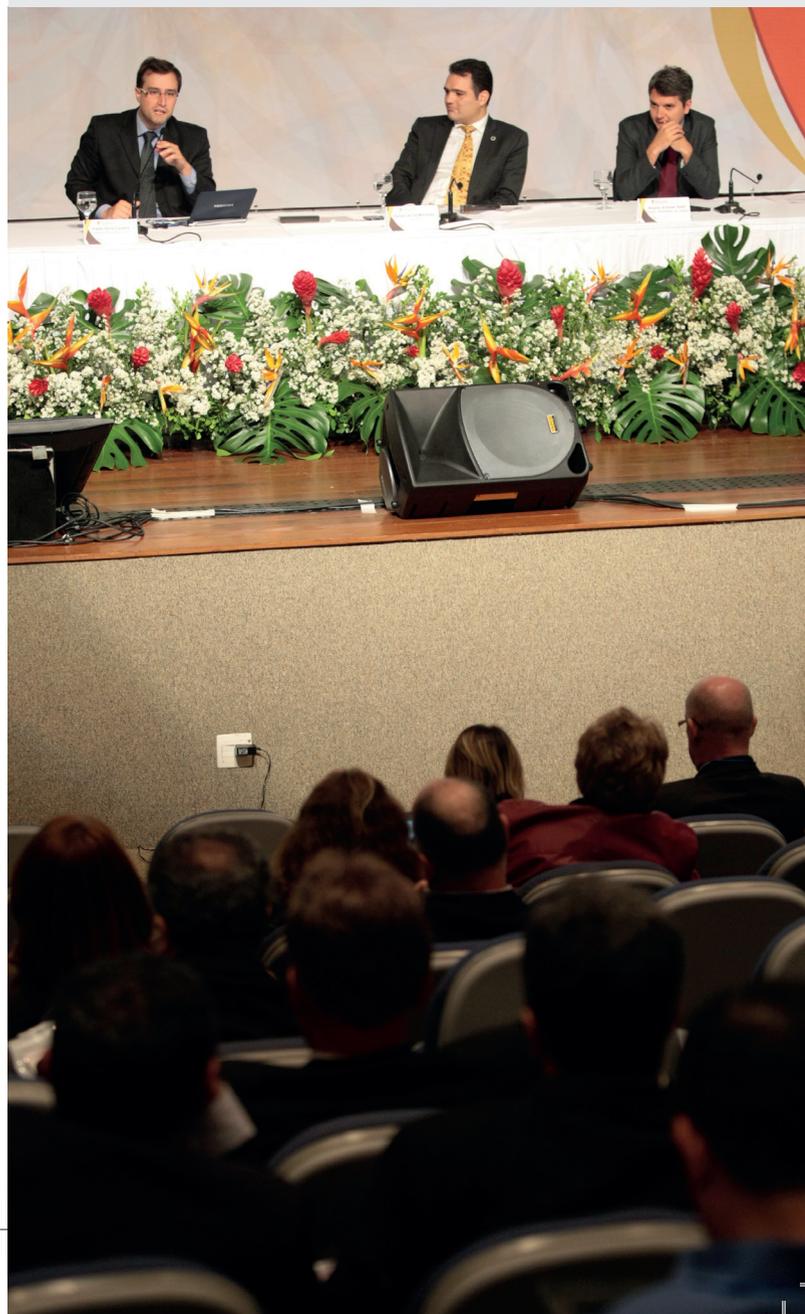
CORRUPÇÃO CUSTA R\$ 82 BILHÕES POR ANO AO BRASIL

Quem paga a conta da corrupção praticada no Brasil são os próprios brasileiros. Até aí, nenhuma surpresa. O que assusta mesmo é o tamanho da fatura: R\$ 82 bilhões por ano ou 2,3% do PIB, segundo levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O montante é maior, por exemplo, do que se investe em inovação e pesquisa e próximo ao que se destina à educação. Além desse enorme rombo financeiro que causa aos cofres públicos, a corrupção diminui o poder de investimento e, portanto, o país deixa de crescer.

“No mínimo, ela distorce o ambiente competitivo. Uma empresa que trabalha na legalidade não consegue competir com outra que adota posturas contrárias”, afirmou o gerente executivo de relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Cesário.

Segundo Cesário, o papel da sociedade civil no combate à corrupção é imprescindível. No âmbito da CNI, a maior dificuldade é o acompanhamento de ilegalidades no Estado. “Esse trabalho não pode ser apenas da Confederação, mas de toda a sociedade civil organizada. É preciso criar mecanismos confiáveis de que as denúncias de corrupção sejam investigadas e os responsáveis sejam punidos”, apontou.



POPULAÇÃO

Pesquisa da Secretaria Nacional de Justiça, divulgada durante a Conferência, demonstrou a percepção dos brasileiros em relação à corrupção. De acordo com Ricardo Andrade Saadi, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídico Internacional da Secretaria, 73% dos entrevistados classificaram como “graves” os casos apresentados. “No entanto, grande parte da população, apesar de achar que é muito grave, pouco faz para mudar essa realidade. A questão é que violência urbana eles sentem na pele. Recursos públicos desviados não são sentidos tão diretamente”, comparou.

De 2003 pra cá (até 2012), para ter ideia, foram bloqueados mais de US\$ 2 bilhões de recursos desviados ilegalmente. “O Brasil trouxe de volta menos de US\$ 5 bilhões. Essa diferença se dá porque os países que mantêm o dinheiro bloqueado só o liberam quando há decisão final no Brasil. Por isso é preciso acelerar esses processos e diminuir a burocracia nesse país. Se o sistema processual não tiver mudanças significativas e as causas demorarem menos para serem julgadas, nada vai mudar. Vamos continuar com mudanças momentâneas e não a longo prazo”, finalizou.

BUROCRACIA AINDA É PROBLEMA DO ESTADO

A burocracia ainda é um dos principais problemas do Estado brasileiro. “Apesar da multiplicação das estruturas e carreiras, nossa burocracia está muito próxima do padrão de estados burocráticos autoritários”, disse o subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos.

Para ele, esse cenário começou a mudar a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI). A nova lei obriga órgãos públicos a prestarem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão interessado. O projeto é de iniciativa do Executivo e vale para todo o serviço público brasileiro. A Lei objetiva controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas, como relatórios de auditorias, termos de responsabilidade, documentos sobre o sistema de segurança e alarmes, plantas de imóveis, manuais de

procedimento, planos de contingência ou de recuperação, registros telefônicos, entre outros.

O palestrante, que tratou a burocracia do estado e a corrupção desde os primórdios citando filósofos como Max Weber, reforçou também a preocupação do governo com a corrupção. “A Lei de Acesso à Informação introduz a figura do “assoprador” ou, na linguagem popular, do “dedo duro”, que, ao denunciar irregularidades, terá proteção assegurada. O Brasil ainda aparece mal no que se chama de corrupção percebida. Ou seja, não tem melhorado. Isso não significa que nada tem sido feito. Quando percebemos a corrupção, pelo noticiário ou pelas ações pela polícia, temos a percepção de que a corrupção aumentou”, comentou.

Ainda segundo o analista, os servidores públicos corruptos são minoria nas carreiras de Estado. “Embora seja uma minoria que suja a imagem de todo o funcionalismo público”, contrapôs.

as 15 e 16 de maio de 2012



“Historicamente, é claro, há uma correlação da má remuneração com a integridade da Administração. Isso precisa ser efetivamente enfrentado com políticas que adequem e valorizem as carreiras”, pontuou.

O presidente da Unafisco Associação, Paulo Fernandes Bouças, que presidiu a palestra na ocasião, lembrou que é importante o Estado valorizar a capacidade e a responsabilidade dos seus servidores. “Na França, por exemplo, a maioria dos trabalhadores do Estado são concursados. É isso que a gente deseja para o Brasil. Acredito que, assim, a corrupção nesse país será gradativamente reduzida.”

“Historicamente, é claro, há uma correlação da má remuneração com a integridade da Administração. Isso precisa ser efetivamente enfrentado com políticas que adequem e valorizem as carreiras.”

**PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR
CRIARÁ CISÃO NAS
CARREIRAS DE ESTADO**

Motivada pela tentativa de diminuir o déficit da Previdência Social, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) para os servidores públicos da União.

De acordo com a lei 12.618/2012, aquele que ingressar no serviço público após a vigência das novas regras terá contribuição previdenciária limitada a 11% do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para ter aposentadoria maior, o servidor poderá contribuir com o fundo de previdência complementar do Poder em que trabalha – Executivo, Legislativo ou Judiciário.

A procuradora regional da República, Zélia Pierdoná, traçou uma linha do tempo acerca das formas de proteção previdenciárias dadas aos servidores públicos desde o fim do século XIX. “Ao retornar à história, podemos observar que, em 1891, os ditos servidores públicos da época já tinham proteção bem diferenciada. As aposentadorias eram direito adquirido como um prêmio à prestação do serviço realizado anteriormente.”



Zélia frisou, no entanto, que até 1993 o servidor não contribuía para a aposentadoria, mas sim para pensões e para a saúde. “Na verdade, a partir deste ano, tivemos uma mudança na natureza jurídica da proteção. Antes era um prêmio, agora não. É um direito que decorre do dever de contribuir. Isso se deu em âmbito federal em 1993 e, em 1998, começaram a se dar as grandes reformas”, explicou.

Em seu discurso, a procuradora defendeu veementemente que, devido às reformas iniciadas em 1998, e complementadas em 2003, não há mais integralidade na aposentadoria, como tem sido afirmado nas discussões acerca da lei sancionada pela presidente Dilma. “Em 2003 isso foi mudado. Os benefícios de aposentadoria passaram a ser pela média e os reajustes garantidos, apenas, pela inflação. Esta mudança já vai fazer 10 anos”, analisou.

Para a procuradora, não houve transparência sobre a proteção do servidor público. “Votaram essa lei sem nenhuma transparência. O que foi passado para os servidores é que não teriam a integralidade da aposentadoria, que já não

existe há anos. A ausência de transparência pode ter resultado na aprovação da lei”, enfatizou.

Zélia defendeu que as associações devem entrar com ações de inconstitucionalidade, mas, ao mesmo tempo, trabalhar para que o estatuto criado seja adequado. “A criação deste estatuto vai ser muito rápida. Assim, é imprescindível que se acompanhe sua elaboração. Somente desta forma poderemos esclarecer aos atuais servidores e àqueles que entraram depois de 2003 se esta opção que a lei dá é adequada ou não”, finalizou.

Já para o juiz do Trabalho, professor da Universidade de São Paulo (USP) e representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, esta lei tem inconstitucionalidades e inconsistências. O juiz afirmou que as “funpresps” têm personalidade jurídica de direito privado, enquanto, não obstante, são de natureza pública. “Não é assim que funciona. Tem que haver um estatuto jurídico de direito público”, analisou. E acrescentou: “Ser público implica suscitar interesse público e, portanto, responsabilidade pública dos entes”.

Ao fim de sua exposição, o juiz ponderou: “Passa haver uma cisão das carreiras típicas de Estado. Com a implementação da Funpresp, passam a ter os servidores que ingressaram antes e depois no serviço público, em situação amplamente distintas. Passamos, assim, a ter duas carreiras de Estado, uma subclasse. Podíamos ficar calados, pois nós que já somos servidores não seremos muito afetados. Há, sim, uma preocupação com o futuro do serviço público no país”.

Guilherme elencou, por fim, suas preocupações perante a nova lei: o serviço público passa a se tornar menos interessante; os bancos oferecerão serviços abertos de previdência privada, e estes, talvez sejam mais vantajosos; quebra do pacto histórico de valorização do serviço público, ferindo, inclusive, as recomendações da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Haverá, ainda, maior rotatividade nos cargos de funções públicas e, claro, queda da qualidade técnica do servidor público médio”, encerrou.

FALTA DE LEGISLAÇÃO EXCLUSIVA COLOCA EM RISCO OS CONCURSOS PÚBLICOS

A realização de concursos públicos para o acesso às carreiras de Estado pode estar ameaçada. Quem fez o alerta foi o presidente da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), Ernani Pimentel. Segundo ele, é preciso exigir uma lei que organize as seleções públicas no Brasil. “Somente assim faremos com que

o funcionalismo público seja respeitado”, afirmou. O presidente defendeu ainda que a falta de uma legislação específica para o concurso público coloca em descrédito, inclusive, a importância desse mecanismo.

Segundo Pimentel, não são percebidos esforços do Estado na abertura de novos editais de seleção. “O governo federal não quer a realização de concursos públicos, ao passo que aumenta o número de cargos comissionados”, destacou. Pimentel

CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção.

Dias **15 e 16 de maio** de 2012





COPA DO MUNDO DE 2014 E O ESTADO

Ainda no ano de 2007, quando a Federação Internacional de Futebol (Fifa) confirmou o Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, disse que “a Copa seria da iniciativa privada”. Contudo, estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que sairia dos

cofres públicos 98,56% dos R\$ 23 bilhões orçados para as obras de 2014.

“Portanto, quem irá movimentar toda a estrutura da Copa do Mundo de 2014 é o Estado”. A afirmação foi do colunista de esportes Juca Kfourri.

Durante o “Talk Show – Copa do Mundo e Olimpíadas: O Estado está preparado?”, Kfourri foi enfático em suas declarações. “A Copa do

Mundo será realizada com 98% do dinheiro público, razão pela qual o Estado brasileiro precisa tomar as rédeas da organização deste evento esportivo”, disse.

Kfourri ainda destacou: “Sediamos recentemente o Pan-Americano. O Brasil deveria ter gastado, apenas, R\$ 400 milhões de dinheiro público para a realização do Pan. No entanto, acabou-se investindo R\$ 4 bilhões e não ficando para

a população nenhum dos legados prometidos pelo governo. Vamos partir com a mesma gente para fazer a Copa e as Olimpíadas de 2016”.

“Como sempre, começarão as obras emergenciais, sem licitação, e, novamente, pagaremos a conta. Mas, tenho olhos para ver e, quando conto o que vejo, gostaria de encontrar nas autoridades a resposta que eu espero”, ressaltou Kfourri.

Também participaram do Talk Show o coordenador de Políticas Públicas do Instituto Ethos, Felipe Saboya, e o consultor legislativo do Senado Federal, Alexandre Guimarães.

Felipe Saboya tratou da necessidade da transparência nas relações público-privadas da Copa e dos Jogos Olímpicos. “Num evento de tal visibilidade, queremos colocar essas questões na agenda do Brasil para que o cidadão brasileiro possa exercer o seu papel de monitorar

o investimento público, que é seu dinheiro”, defendeu.

Na opinião de Saboya, o grande problema do Estado brasileiro é a falta de planejamento. “A Copa foi um compromisso firmado pelo Brasil em 2007, mas somente discutido com a sociedade a partir de 2011”, disse. Ainda segundo o coordenador do Instituto Ethos, há, inclusive, falta de qualidade dos projetos de engenharia do Brasil. “Grande parte desses atrasos pode ser por pura incompetência, o que encarece e atrasa todo o processo”, pontuou.

Por fim, o consultor legislativo Alexandre Guimarães questionou: “O governo está preocupado se os estádios vão ou não ficar prontos. E os aeroportos? E as questões de saúde, de transporte público? E o legado? É o jeitinho brasileiro dando conta de tudo”.

#FicaDica

Todas as palestras da 3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado estão disponíveis no site do Fonacate.



Galeria de fotos



3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção.







3ª

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

O papel das carreiras de Estado na promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção.

Carta de Brasília

No encerramento de sua **3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado**, que teve como tema “**O papel das carreiras de Estado na Promoção do desenvolvimento do Brasil e no combate à corrupção**” e reuniu parlamentares, gestores públicos, estudiosos, membros e servidores de carreiras públicas e outras autoridades; o **Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE)**, cumprindo o seu papel de representante de mais de 180 mil servidores públicos integrantes de carreiras que executam atividades imprescindíveis ao funcionamento do Estado, apresenta à sociedade brasileira este documento, em que faz um balanço das discussões realizadas durante o evento e suas conclusões.

A Conferência debateu a importância da constituição de uma máquina pública eficiente, com capacidade de atuação e autonomia, para a implementação de um Projeto de País Desenvolventista. O **FONACATE** acredita estar cumprindo as finalidades para qual foi criado e, ao mesmo tempo, contribuindo para a realização do objetivo comum a todos os brasileiros: a construção de um país mais justo que atenda às necessidades de todos os cidadãos, independente de cor, sexo, credo ou posição social.

Durante todo o período da realização da Conferência, foi defendida a necessidade da valorização das Carreiras Típicas de Estado para que o país possa realizar um efetivo

combate à ineficiência, à corrupção e aos mecanismos de captura do Estado.

Ficou claro em todos os debates, em que se discutiu o momento vivido pelas Carreiras Típicas de Estado, que a defesa desses interesses tão caros ao país não dependem apenas e tão somente do esforço daqueles que compõem essas carreiras, mas, sobretudo, do compromisso político nos mais altos níveis de cada um dos três poderes da República e na contínua participação da sociedade civil organizada no controle e na avaliação das decisões e atos públicos.

Essas instituições são a chave da evolução do processo de democratização das oportunidades em nossa sociedade. Mas esse processo vivo e contínuo depende da consolidação de uma burocracia estatal moderna, em que haja políticas consistentes de valorização dos profissionais dessas carreiras. Houve consenso sobre a importância do concurso público, das garantias e condições de trabalho e da justa remuneração para se manter e atrair os melhores talentos profissionais para o Estado.

Todavia, restou evidente em todas as discussões realizadas durante a 3ª **Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado**, que essa não tem sido uma preocupação dos nossos governantes. O processo de constituição da burocracia weberiana nunca foi concluído no Brasil e nossas instituições ainda sofrem com o peso da herança política clientelista e patrimonialista característica dos estados patrimonialistas. Constatou-se que as medidas de modernização da Administração Pública brasileira, como a criação de carreiras importantes nos últimos anos, são muitas vezes acompanhadas de retrocessos que sinalizam a desvalorização do servidor público de carreira, como, por exemplo, a criação da Previdência Complementar do

Servidor Público e o aparelhamento do Executivo Federal com aproximadamente 24.000 cargos em comissão de livre nomeação.

Essas características do processo evolutivo da Administração brasileira demonstram a dificuldade de se conscientizar os líderes políticos do país sobre a importância do papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico e social sustentado. Mesmo os Governos de esquerda, eleitos após a fadiga do modelo neoliberal do Estado mínimo, têm tido dificuldade para entender e implementar políticas consistentes de recuperação do serviço público nacional. Ao mesmo tempo, parecem desconhecer a importância destas carreiras para o bom desempenho da máquina governamental. Nem mesmo quando se aproximam a realização de importantes eventos que colocarão o Brasil sob o foco dos olhares das outras Nações, o atual Governo reconhece a necessidade de se valorizar as carreiras estratégicas.

Por isso, todas as entidades que subscrevem esta Carta conclamam os governantes e a sociedade a concluírem o processo de valorização da Administração Pública e dos servidores de carreira como a chave do processo de desenvolvimento e construção de um País rico e justo, garantindo os direitos individuais e sociais do cidadão, razões da existência do Estado.

Brasília, junho de 2012.



O PAPEL DAS CARREIRAS DE ESTADO NA REFORMA POLÍTICA

“ TRANSPARÊNCIA, CONTROLE
SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO ”



7 DE AGOSTO AUDITÓRIO NEREU RAMOS, CÂMARA

Reforma Política

SERVIDORES QUEREM VOTO FACULTATIVO E FIDELIDADE ABSOLUTA

O Fonacate lançou uma proposta para a tão esperada reforma política brasileira durante a realização do seminário “O Papel das Carreiras de Estado na Reforma Política”, no dia 7 de agosto de 2013, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

De acordo com o presidente do Fórum, Roberto Kupski, a sugestão é composta de cinco pontos que abrangem o financiamento de campanha, o sistema eleitoral, transparência na prestação de contas de campanha, fidelidade

partidária e, por fim, a abolição da obrigatoriedade do voto. “São desafios que se apresentam à sociedade. Queremos dar nossa contribuição na discussão desses temas”, destacou.

No tópico financiamento de campanha, a Fonacate propõe o financiamento público, com condições igualitárias para os candidatos do partido e contribuição de pessoa física limitada a três salários mínimos por CPF. Pela proposta, ficaria vedada a contribuição de pessoas jurídicas. “O limite de três salários seria o limite para toda contribuição”, explicou o presidente Kupski.

Na alteração do sistema eleitoral, os servidores propõem o fim da indicação de suplência para o cargo de senador. Nas eventuais vacâncias, o candidato com maior número de votos na sequência assumiria o cargo parlamentar. Para que não se chegue ao ponto de ser inviável a mudança do nome do candidato na urna, se deixar de concorrer, Kupski defendeu que a substituição de candidatos tenha o prazo limitado a 60 dias do pleito, no caso das eleições majoritárias.

Com relação às despesas de campanha, a Fonacate propõe o aperfeiçoamento das instâncias de fiscalização e processos de

controle. Os pagamentos de despesas de campanha seriam feitos com cartão de débito, transferência ou, somente em casos eventuais, cheque nominal de conta bancária específica, pela qual não seriam cobradas taxas pelas instituições financeiras.

Se depender dos servidores das carreiras de Estado, o ocupante de cargo eletivo que abandonar a legenda pela qual for eleito perde o cargo. Mais radical ainda que esta, é a proposta de tornar o voto facultativo a partir das eleições de 2022. “No ano que o Brasil completa 200 anos de sua independência, queremos que o eleitor tenha a independência para votar ou não”, enfatizou o presidente do Fórum.

CLIENTELISMO

A primeira apresentação do Seminário “O Papel das Carreiras de Estado na Reforma Política” tratou de um problema grave no Brasil: o clientelismo e a

compra de votos nas eleições municipais. Participaram dos debates Simeon Nichter, professor da Universidade da Califórnia e pesquisador da Universidade de Harvard, e Márlon Reis, juiz de Direito e membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

Para explicar o movimento do clientelismo no Brasil, Simeon Nichter apresentou as conclusões de um trabalho de 18 meses realizado em nove estados da região Nordeste, antes e depois das eleições municipais de 2012. Nichter explicou que, nos municípios do interior, a influência dos auxílios a eleitores feitos por candidatos ainda é grande e influi diretamente no resultado das eleições. “Uma minoria dos entrevistados admite que receberam ajuda de candidatos no qual votaram, mas a maioria diz que pensou na ajuda na hora de votar”, relatou.

O pesquisador também detalhou a influência da

declaração de voto e suas repercussões no pós-eleição, além da questão da “importação” de eleitores, que transferem seus títulos de eleitor para outras cidades em troca de benefícios. Nichter concluiu que, apesar da compra de voto ter se tornado um crime de infração eleitoral, o clientelismo ainda existe no país.

O juiz Márlon Reis observou que, após a aprovação da lei 9840 e da Lei da Ficha Limpa, uma das missões do Comitê é, justamente, acelerar o processo de reforma política. “As eleições brasileiras são compradas e pagas por aqueles que abusam do poder econômico, se utilizando da fragilidade de uma legislação que foi feita para isso, para que os interesses econômicos sejam representados, o que acaba alimentando uma máquina do clientelismo”, afirmou. Para que essa prática acabe, Reis defendeu o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas.



TRANSPARÊNCIA E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Os temas “Transparência, controle social e combate à corrupção” e “Instituições Públicas e Reforma Política” foram debatidos em conjunto no último painel do Seminário.

O cientista político Roberto Pires, ex-coordenador de estudos sobre Estado e Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), argumentou que a reforma política deve buscar uma aproximação maior entre os agentes de Estado e a sociedade civil.

“Boa parte dos gestores acreditam que esse contato permite identificar problemas nas políticas, que precisam ser revistas e aprimoradas. É um processo que está em andamento, mas de maneira ainda insuficiente”, relatou. Pires ressaltou ainda que a reforma política oferece muitas oportunidades para o fortalecimento das carreiras e do serviço público no país.

O jurista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Juarez Freitas, afirmou ser fundamental que três questões sejam debatidas antes de se tomar qualquer tipo de decisão: o fim das doações de pessoas jurídicas nas campanhas e períodos pós-eleições, o fim da venda de tempo em televisão e rádio durante campanhas eleitorais e a valorização das carreiras de Estado como item decisivo da reforma política.

O deputado federal João Dado (PDT/SP) também abordou o financiamento de campanhas eleitorais.

O parlamentar deu exemplos da discrepância que tais repasses podem gerar em uma eleição, citando o caso de Pernambuco, onde os deputados federais eleitos pelo estado gastaram, ao todo, 38 vezes mais do que os candidatos que não conseguiram se eleger.

Dado criticou uma pesquisa do Ibope que afirmou que os brasileiros têm preferência por um sistema de votação por partido e não por candidatos, como ocorre atualmente, e também pediu uma mobilização maior dos profissionais das carreiras de Estado. “Precisamos disso para que exista mais representatividade da área no âmbito político, precisamos de mais vozes e votos comprometidas com o interesse público.”

O secretário de Controle Interno da Presidência da República, Jerri Eddie Xavier Coelho, apresentou experiências do Poder Executivo no âmbito do combate à corrupção e na transparência e controle social. O secretário citou a Lei de Acesso à Informação e o Portal da Transparência como pontos positivos e afirmou que o governo precisa aperfeiçoar alguns aspectos de instituições que combatem a corrupção, como melhorias na governança e estabilidade orçamentária.

Coelho afirmou ainda que o processo de reforma política passa obrigatoriamente pelo aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado e por uma maior interação dos profissionais das carreiras de Estado com a sociedade civil organizada. “Precisamos dar exemplo a outros segmentos do Estado brasileiro de que é possível fazer uma gestão republicana com participação social”, destacou.





O PAPEL DAS CARREIRAS DE ESTADO NA REFORMA POLÍTICA

“ TRANSPARÊNCIA, CONTROLE
SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO ”

7 DE AGOSTO DE 2013

AUDITÓRIO NEREU RAMOS – CÂMARA DOS DEPUTADOS – BRASÍLIA/DF

1 - Financiamento de campanha:

- a) Público – regras para distribuição, com condições igualitárias para os candidatos do partido; e
- b) Pessoas Físicas – limite total para doação: 3 salários por CPF da pessoa física. (Vedação de doação por pessoa jurídica)

2 - Sistema eleitoral:

- a) Eleição de Senador – sem indicação de suplente. Eventual vacância assume o mais votado na sequência;
- b) Prazo para substituição de candidatos em eleição majoritária: 60 dias antes do pleito.

3 - Transparência nas despesas de campanha:

- a) Fortalecimento e aperfeiçoamento das instâncias de fiscalização e processos de controle;
- b) Pagamentos de despesas de campanha com cartão de débito ou transferência bancária, de conta específica da campanha, sem cobrança de taxas bancárias. Quando não possível, pagamento em cheque nominal desta conta específica.

4 - Fidelidade partidária:

- a) Mandato percentecente ao partido. Quem sair da legenda, perde o mandato.

5 - Voto facultativo:

- a) Voto passa a ser facultativo a partir das eleições de 2022 - 200 anos de Independência do Brasil.

FUNPRESP: Nova gestão toma posse

Dia 15 de abril de 2015 foi realizada a solenidade de posse dos membros eleitos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos de Benefício do Executivo (ExecPrev) e do Legislativo (LegisPrev). O evento aconteceu no Ministério da Previdência Social (MPAS).

Na ocasião, compuseram a mesa de honra o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, o secretário-executivo da Previdência Social, Marcelo Siqueira Freitas, o diretor-presidente da Funpresp-Exe, Ricardo Pena, o presidente do Conselho Deliberativo da Funpresp-Exe, Dyogo Henrique de Oliveira, e o conselheiro fiscal da Fundação e secretário-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis), Márcio Costa.

O ministro Carlos Eduardo Gabas realizou a abertura da solenidade demonstrando muita confiança nos trabalhos que serão desenvolvidos pelos membros eleitos. “Para nós, da Previdência Social, a Funpresp é motivo de muita alegria não só porque cumpre um papel fundamental na estrutura de proteção social no país, mas porque foi um projeto discutido, pensado e negociado com a participação do Ministério da Previdência. Tivemos que fazer um esforço muito grande para convencer os servidores públicos de que é uma alternativa viável e necessária não só para equilibrarmos as contas da União, mas principalmente para aumentar a proteção dos trabalhadores”, disse.

Eleito para o mandato de quatro anos, Márcio Costa garantiu uma atuação transparente e profícua na gestão do fundo de previdência. “Quando olho para esses representantes

do governo em plantão, olho para agentes públicos que irão fazer uma política pública de previdência saudável, eficaz, eficiente e exitosa. Em nome de todos, agradeço a confiança que foi em nós depositada e reafirmo: a Funpresp é uma realidade. E isso significa que daqui a 25, 30 anos, quando os primeiros servidores estiverem





Ao discursar, o presidente do Fonacate, Roberto Kupski, lembrou da luta das entidades para que a Funpresp não fosse criada. E sugeriu que, num futuro próximo, a eleição para diretor-presidente do fundo ocorra entre candidatos que sejam participantes.

se aposentando, queremos que o que foi contratado agora seja entregue no futuro. Eu quero poder falar da nossa experiência e temos que trabalhar para isso: entregar o que foi prometido”, reforçou.

Ricardo Pena, diretor-presidente da Funpresp, lembrou a trajetória da Funpresp nos últimos anos. “Gostaria de agradecer a oportunidade e parabenizar todos os eleitos neste momento. Acho que o que nós fizemos nesses dois anos foi construir as bases desse fundo, ou seja, a Funpresp será um arranha-

céu, por isso os pilares devem ser sólidos e foi isso que fizemos desde o início”, revelou.

Dyogo Henrique de Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo da Funpresp também falou sobre a importância desse momento para a Fundação. “Nos últimos dois anos, os ex-conselheiros e a diretoria se dedicaram bastante, fazendo com que o processo avançasse. A Funpresp é um fundo pequeno, mas sem dúvida será o maior fundo de previdência do país”, comentou.

Ao discursar, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Roberto Kupski, lembrou da luta das entidades para que a Funpresp não fosse criada. “Sempre trabalhamos na defesa de um sistema previdenciário público que preserve o poder aquisitivo dos servidores e a manutenção de um padrão digno de vida na aposentadoria. Apesar da nossa luta contra o projeto de lei que instituiu o fundo de previdência complementar dos servidores públicos, sabemos que hoje essa é a realidade. Mas, esperamos que daqui a 25 ou 30 anos não possamos ver manchetes como as que temos acompanhado recentemente nos jornais, destacando a ‘quebra’ de fundos de pensão de estatais importantes do governo.”

Kupski disse ainda que o Fonacate dará todo apoio aos membros eleitos. E sugeriu, que num futuro próximo, a eleição para diretor-presidente da Funpresp ocorra entre candidatos que sejam participantes do fundo. “Quero reiterar que o Fórum das Carreiras de Estado participou ativamente para a eleição dos membros que hoje tomam posse, por isso, tenho certeza que vão administrar esse fundo

com muita transparência. Desejo pleno êxito e, mais uma vez, contem conosco”, concluiu o presidente.

EM TEMPO

Em julho de 2014, o Fonacate e suas afiliadas se uniram para formar as chapas que concorreriam ao processo eleitoral da Funpresp para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e aos Comitês de Assessoramento Técnico do Plano Executivo Federal e Assessoramento Técnico do Plano Legislativo.

As chapas foram formadas ainda em parceria com a Proifes (Fundação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior), o Sindireceita (Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) e a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

O resultado das eleições foi divulgado dia 31 de outubro. E todas as chapas inscritas com o apoio do Fonacate foram eleitas.



CONHEÇA OS NOVOS CONSELHEIROS:

CONSELHO
DELIBERATIVO,
REPRESENTANTE DOS
PATROCINADORES:

Dyogo Henrique de Oliveira, titular e presidente, com mandato de quatro anos, e Esteves Pedro Colnago Junior, suplente;

Manuel Augusto Alves Silva, titular e presidente substituto, com mandato de dois anos, e Marcelo de Siqueira Freitas, suplente; e

Diogo de Sant'ana, titular, com mandato de dois anos, e Rodrigo Martins Brum, suplente;

CONSELHO
DELIBERATIVO,
REPRESENTANTES
DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS:

Thiago Feran Freitas Araújo, titular, com mandato de quatro anos, e Joaquim Ignacio Alves de Vasconcellos e Lima, suplente;

André Nunes, titular, com mandato de quatro anos, e Jairo Alfredo Genz Bolter, suplente;

Daniel Pulino, titular, com mandato de dois anos, e Geraldo Pereira da Silva Filho, suplente;

CONSELHO FISCAL,
REPRESENTANTES DOS
PATROCINADORES:

Gustavo Alves Tillmann, titular, com mandato de quatro anos, e Esther Dweck, suplente;

Carlos Roberto Caixeta, titular, com mandato de dois anos, e George Alberto de Aguiar Soares, suplente;

CONSELHO FISCAL,
REPRESENTANTES
DOS PARTICIPANTES E
ASSISTIDOS:

Marcelo Levy Perrucci, titular e presidente, com mandato de dois anos, e Leonardo Formiga Larrossa, suplente;

José Márcio Ribeiro da Costa, titular e presidente substituto, com mandato de quatro anos, e Eduardo Toledo da Silva, suplente.



FRASES

O tema da 3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado foi muito bem escolhido. Acho que para nós, da categoria das carreiras típicas de Estado, é muito importante participar de debates como os aqui sugeridos, até para a nossa vida diária.

A questão, agora, é colocar em prática tudo o que aqui foi dito. Se depender de nós, das carreiras típicas de Estado, com certeza este país vai crescer e crescer muito. Agora, nós dependemos também dos nossos governantes. Precisamos, portanto, separar o que é governo e o que é Estado, o que é o papel de cada um. O governo muitas vezes não entende o que é o Estado e este é o nosso problema. O Estado cresce mediante o trabalho dos seus funcionários, dos seus servidores. Nós prestamos serviço para o Estado e a sociedade depende disso.

Marco Aurélio
Sinait (DF)

Mais importante que os temas debatidos na 3ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, é a essência do movimento, que é a união das carreiras típicas de Estado e o fortalecimento delas. Só quem ganha é o cidadão, é a sociedade como um todo. É o dinheiro público que sai fortalecido a partir de iniciativas como esta. Antes mesmo de entrar na carreira pública, nós já vislumbrávamos isto no Brasil: faltam carreiras fortes. Hoje, a corrupção, a má postura dos políticos, a atitude ilegítima junto ao orçamento público estão instalados no país. Então, acho que o mais importante neste evento é o fortalecimento das carreiras.

Em relação aos temas, acho que foram muito bem escolhidos. O Brasil está num momento de transição em relação à corrupção. Passamos por uma fase de percepção da corrupção. Estamos olhando e enxergando esta corrupção. A CGU, a Polícia Federal e o Ministério Público estão mais atuantes. Então, hoje o cidadão vê a corrupção e pensa: “Estamos mais corruptos?”. Não. Estamos, sim, enxergando mais esta mesma corrupção e combatendo-a.

Eduardo Barcellos
Unacon (RS)

Um evento como essa Conferência é sinônimo de esperança para todos nós. Todos os painéis foram ótimos. O que tratou especificamente sobre o combate à corrupção foi excelente. Tratar daquilo que prejudica o nosso desenvolvimento é urgente. E tratar esse tema conjuntamente àqueles que figuram nas carreiras típicas de Estado e que fazem a máquina pública funcionar é fundamental. Por exemplo, se não tivermos garantias no futuro, como foi debatido no painel sobre a mudança nas aposentadorias, como o servidor dará tudo de si? Portanto, valorizar aqueles que são das carreiras, também é indispensável para o combate à corrupção.

Antônio de Sá
Sindifisco (MG)

4^a CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

“Agenda de Desenvolvimento e Qualidade
do Serviço Público”

16 E 17 DE JUNHO 2015



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

**Auditório da Confederação Nacional dos
Trabalhadores no Comércio - CNTC**
AV W5 - SGAS, 902, Bloco C – Brasília/DF

ENTIDADES AFILIADAS



ACOMPANHE NAS REDES:



@Fonacate



/fonacate



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

ACOMPANHE NAS REDES:



@Fonacate



/fonacate

www.fonacate.com.br